



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 242.183.977 euros e um total de património líquido de 226.883.768 euros, incluindo um resultado líquido de 12.795.198 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos n.º 1 e 2 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS** em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. A entidade tem registada uma provisão genérica para riscos e encargos no montante de 1.000.000€, com divulgação na nota 15 do Anexo. Face ao número de processos judiciais em curso, aos montantes reclamados e à insuficiência de informação por parte do advogado do Município quanto à expectativa do desfecho das ações judiciais, não dispomos de elementos que nos permitam concluir acerca da razoabilidade do saldo daquela conta de provisões.
2. A nota 4 do Anexo divulga que o Município reconheceu no exercício e para efeitos de transição para a adoção do SNC-AP, os Ativos Fixos Tangíveis de infraestruturas elétricas em baixa e de rede de iluminação pública afetos à concessão de serviços com a E-redes.



Contudo, a informação proporcionada pelo concessionário não é suficientemente detalhada e atualizada relativamente a cada um dos ativos de concessão, designadamente quanto à descrição dos bens, localização, data e valor de aquisição e vida útil, o que limita a validação do seu reconhecimento contabilístico e a sua monitorização. Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre os ativos de concessão incluídos em Ativos Fixos Tangíveis e conseqüentemente sobre os diferimentos do Passivo no montante de 5.907.140 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases:

1. A execução orçamental global da despesa e da receita líquida no exercício de 2022 foi respetivamente de cerca de 52% e 95%.
2. O Município apresentava a 31 de dezembro de 2022 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,09 vezes da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos, sendo que o limite da dívida total é de 1,5 a média daquela receita, e 0,09 da dívida total excluindo empréstimos, sendo que o limite da dívida total é de 0,75 a média daquela receita.
3. Tal como divulgado na nota 2 do Anexo ainda não foi concretizado o registo de alguns imóveis na Conservatória do Registo Predial. Tal facto não influencia o reconhecimento ou mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 78.041.556 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

total de despesa paga líquida de reposições de 42.834.055 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e salvo a divulgação parcial exigida pela NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, quanto a determinadas informações obtidas a partir do sistema de contabilidade de gestão, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Guarda, 27 de Abril de 2023

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



PARECER

1. Nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei 72/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 76.º da mesma Lei, apresentamos a V. Ex.ªs o nosso parecer sobre as contas e relatório de gestão elaborados pelo Órgão Executivo do Município, relativamente ao exercício findo em 31-12-2022.
2. Procedemos à revisão legal das contas do Município relativas ao exercício findo em 31-12-2022 de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias. Em consequência do trabalho efetuado, emitimos a Certificação Legal das Contas com data de 27 de Abril de 2023, cujo conteúdo se aqui se dá como integralmente reproduzido, chamando especial atenção para a secção “Bases para a opinião com reservas” e “Ênfases” da Certificação Legal das Contas, com o seguinte teor:

Bases para a opinião com reservas:

- A entidade tem registada uma provisão genérica para riscos e encargos no montante de 1.000.000€, com divulgação na nota 15 do Anexo. Face ao número de processos judiciais em curso, aos montantes reclamados e à insuficiência de informação por parte do advogado do Município quanto à expectativa do desfecho das ações judiciais, não dispomos de elementos que nos permitam concluir acerca da razoabilidade do saldo daquela conta de provisões.

- A nota 4 do Anexo divulga que o Município reconheceu no exercício e para efeitos de transição para a adoção do SNC-AP, os Ativos Fixos Tangíveis de infraestruturas elétricas em baixa e de rede de iluminação pública afetos à concessão de serviços com a E-redes.

Contudo, a informação proporcionada pelo concessionário não é suficientemente detalhada e atualizada relativamente a cada um dos ativos de concessão, designadamente quanto à descrição dos bens, localização, data e valor de aquisição e vida útil, o que limita a validação do seu reconhecimento contabilístico e a sua monitorização. Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre os ativos de concessão incluídos em Ativos Fixos Tangíveis e consequentemente sobre os diferimentos do Passivo no montante de 5.907.140 euros.

1



Ênfases:

- A execução orçamental global da despesa e da receita líquida no exercício de 2022 foi respetivamente de cerca de 52% e 95%.
 - O Município apresentava a 31 de dezembro de 2022 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,09 vezes da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos, sendo que o limite da dívida total é de 1,5 a média daquela receita, e 0,09 da dívida total excluindo empréstimos, sendo que o limite da dívida total é de 0,75 a média daquela receita.
 - Tal como divulgado na nota 2 do Anexo ainda não foi concretizado o registo de alguns imóveis na Conservatória do Registo Predial. Tal facto não influencia o reconhecimento ou mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.
3. Durante o período em exercício de funções mantivemos os contactos necessários para o esclarecimento das diversas questões apreciadas.
 4. O balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental e as notas anexas, estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas do SNC – AP, dando, em nossa opinião, claro conhecimento da atual situação económica e financeira do Município, sem prejuízo das matérias constantes no capítulo de Opinião da Certificação Legal de Contas.

Os mapas de execução orçamental apresentam as operações realizadas segundo a ótica de Caixa e refletem o cumprimento das disposições legais sobre a matéria.
 5. O Relatório de Gestão descreve os factos mais relevantes da atividade do Município durante o exercício, salvo a divulgação exigida pela NCP 27- Contabilidade de Gestão.
 6. Apreciamos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Órgão Executivo do seu relatório de gestão e verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

7. Tendo em conta o referido anteriormente, somos de Parecer que:

- a) O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e as Notas Anexas satisfazem de forma geral as disposições legais;
- b) A Assembleia Municipal delibere sobre os referidos documentos;
- c) A Assembleia Municipal delibere sobre a proposta de aplicação de resultados;

Guarda, 27 de Abril de 2023

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.

representada por

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,

registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



Exmos. Senhores
Presidentes do Órgão Executivo e Deliberativo do
MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Largo da República
3720-240 Oliveira de Azeméis

Assunto: Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria

Exmos. Senhores,

- A.1.** Procedemos à revisão legal das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, de acordo com Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 27 de Abril de 2023.
- B.1.** De acordo com os artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
- B.1.1** Emissão da Certificação Legal das Contas;
- B.1.3** Verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- B.1.4** Participação aos órgãos municipais competentes das irregularidades, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do Município;
- B.1.5** Verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- B.1.6** Remessa semestral aos órgãos executivo e deliberativo do Município de informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- B.1.7.** Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e anexos às demonstrações financeiras.

C.1. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:



- C.1.1.** Acompanhamento da gestão do Município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- C.1.2.** Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo.
- C.1.3.** Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- C.1.4.** Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, receção e contas a pagar, vendas e prestação de serviços, expedição e contas a receber, imobilizações, gastos com pessoal, controlo e execução orçamental, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- C.1.5.** Emissão de relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.
- C.1.6.** Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- C.1.6.1** Verificação dos bens imóveis descritos, a partir do setor do património e a comparação de valores com os registos contabilizados, bem como o seu registo na conservatória de registo predial e inscrição matricial.
- C.1.6.2** Observação das listas de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução e da respetiva valorização, cálculo e compilação.
- C.1.6.3** Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários.
- C.1.6.4** Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

C.1.6.5 Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE.

C.1.6.6 Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

C.1.6.7 Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental.

C.1.6.8 Análise das operações e saldos com entidades relacionadas.

C.1.6.9 Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

C.1.6.10 Outros testes considerados relevantes;

C2.1. Solicitação da Declaração do Órgão Executivo.

D.1. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria. Todos esses aspetos estão incluídos no Anexo a este relatório o qual contempla também a informação sobre a situação económico-financeira anual e do segundo semestre para efeito da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013.

E.1. NOTA FINAL

Gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município, no desenvolvimento das nossas funções.

Guarda, 27 de Abril de 2023

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
representada por:

Vitor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E DE RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, adiante designado por Município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas Coletivas sob o número 506 302 970.
- 1.2 A sede do Município está localizada no Largo da República, Oliveira de Azeméis.
- 1.3 O objetivo estratégico do Município de Oliveira de Azeméis passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos, a atividade da Autarquia baseia-se nas competências e atribuições definidas na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- 1.4 Em 2022, o Município contou com um número médio de 795 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por Técnico pertencente aos quadros do Município.
- 1.5 Na sequência das eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, o órgão executivo do Município de Oliveira de Azeméis apresentou a seguinte composição durante o exercício:

CARGO	TITULAR
Presidente	Joaquim Jorge Ferreira
Vice - Presidente	Rui Jorge da Silva Luzes Cabral
Vereador	Hélder Martinho Valente Simões
Vereador	Inês Dias Lamego
Vereadora	Ana Filipa Pinho Oliveira
Vereador	Rogério Miguel Marques Ribeiro
Vereadora	Carla Maria de Pinho Rodrigues
Vereador	José Domingos Campos da Silva
Vereadora	Joana Sofia da Silva Ferreira

1.6 Legislação específica:

- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) (normas não revogadas);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.



2. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (contas individuais)

BALANÇO (contas individuais)

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.22/Dez.21)	
	31/12/2022	31/12/2021	Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	186 907 724	178 994 206	7 913 519	4,42%
Propriedades de investimento	2 739 219	2 739 219	0	0,00%
Ativos intangíveis	345 727	355 258	(9 531)	-2,68%
Participações financeiras	1 629 498	1 729 498	(100 000)	-5,78%
Devedores por empréstimos bonificados	4 048	4 048	0	0,00%
Outros Ativos Financeiros	425	425	0	0,00%
	191 626 641	183 822 653	7 803 988	4,25%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	181 017	184 177	(3 160)	-1,72%
Devedores por transferências e subsídios	21 280	0	21 280	n.a.
Clientes, contribuintes e utentes	594 114	518 296	75 818	14,63%
Estado e outros entes públicos	1 834	181 660	(179 826)	-98,99%
Outras contas a receber	12 699 689	12 712 237	(12 548)	-0,10%
Diferimentos	65 254	10 318	54 935	532,41%
Caixa e Depósitos	36 994 149	29 714 831	7 279 318	24,50%
	50 557 336	43 321 520	7 235 817	16,70%
TOTAL DO ATIVO	242 183 977	227 144 173	15 039 805	6,62%

PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.22/Dez.21)	
	31/12/2022	31/12/2021	Valor	%
PATRIMONIO LIQUIDO				
Património/Capital	109 837 249	109 837 249	0	0,00%
Reservas	4 003 384	3 528 528	474 856	13,46%
Resultados transitados	69 309 491	66 935 552	2 373 939	3,55%
Ajustamentos em ativos financeiros	136 842	136 842	0	0,00%
Outras variações no património líquido	30 801 603	27 073 298	3 728 305	13,77%
Resultado líquido do período	12 795 198	9 497 111	3 298 088	34,73%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	226 883 768	217 008 580	9 875 188	4,55%
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	1 000 000	1 000 000	0	0,00%
Credores por empréstimos bonificados e subsídios	1 496 511	1 197 942	298 569	24,92%
Financiamentos Obtidos	80 742	829 036	(748 294)	-90,26%
Diferimentos	5 907 140	0	5 907 140	n.a.
Outras contas a pagar	1 785 655	1 361 430	424 225	31,16%
	10 270 048	4 388 408	5 881 640	134,03%
PASSIVO CORRENTE				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 403 681	1 744 486	(340 805)	-19,54%
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	162 000	0	162 000	n.a.
Fornecedores	742 592	752 059	(9 467)	-1,26%
Pessoal	11 589	0	11 589	n.a.
Adiant. de clientes, contr. e utentes	287 531	118 518	169 013	142,60%
Estado e outros entes públicos	330 632	307 470	23 162	7,53%
Financiamentos Obtidos	267 100	367 250	(100 150)	-27,27%
Fornecedores de investimento	405 196	1 160 210	(755 014)	-65,08%
Outras contas a pagar	1 419 841	1 297 192	122 649	9,45%
	5 030 162	5 747 184	(717 023)	-12,48%
TOTAL DO PASSIVO	15 300 210	10 135 592	5 164 617	50,96%
TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	242 183 977	227 144 173	15 039 805	6,62%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANUAL (contas individuais)

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.22/Dez.21)	
	31/12/2022	31/12/2021	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	14 248 376	13 990 074	258 303	1,85%
Vendas	12 937	6 663	6 274	94,16%
Prestações de serviços	4 683 723	4 009 946	673 778	16,80%
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	22 457 874	20 538 587	1 919 287	9,34%
Variações nos inventários da produção	(5 079)	4 759	(9 838)	-206,73%
Trabalhos para a própria entidade	987 236	822 973	164 264	19,96%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(911 648)	(1 146 593)	234 945	-20,49%
Fornecimentos e serviços externos	(8 170 354)	(7 675 640)	(494 714)	6,45%
Gastos com pessoal	(14 512 173)	(13 835 221)	(676 952)	4,89%
Transferências e subsídios concedidos	(3 604 381)	(4 233 621)	629 240	-14,86%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(50 760)	(49 525)	(1 235)	2,49%
Provisões (aumentos/reduções)	21 337	54 700	(33 363)	-60,99%
Outros rendimentos e ganhos	4 263 026	4 333 693	(70 666)	-1,63%
Outros gastos e perdas	(1 371 068)	(2 093 770)	722 702	-34,52%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	18 049 047	14 727 022	3 322 025	22,56%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(5 288 815)	(5 272 700)	(16 115)	0,31%
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	12 760 232	9 454 322	3 305 910	34,97%
Juros e rendimentos similares obtidos	49 750	58 621	(8 871)	-15,13%
Juros e gastos similares suportados	(14 783)	(15 832)	1 049	-6,62%
Resultado antes de imposto	12 795 198	9 497 111	3 298 087	34,73%
Resultado líquido do período	12 795 198	9 497 111	3 298 087	34,73%

A variação do resultado líquido do exercício de 2021 para 2022, encontra justificação material nas seguintes situações:

- Aumento das Prestações de Serviço em 674 mil euros;
- Aumento das Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos em 1.919 mil euros;
- Aumentos dos fornecimentos e serviços externos em cerca de 495 mil euros;
- Aumento dos Gastos com pessoal em 677 mil euros;
- Diminuição das transferências e subsídios concedidos em 629 mil euros;
- Diminuição dos Gastos e perdas em 723 mil euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2º SEMESTRE (contas individuais)

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP		
	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	6 134 595	8 113 781	14 248 376
Vendas	3 419	9 518	12 937
Prestações de serviços	1 867 810	2 815 913	4 683 723
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	8 995 262	13 462 612	22 457 874
Variações nos inventários de produção	0	(5 079)	(5 079)
Trabalhos para a própria entidade	0	987 236	987 236
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(577 697)	(333 951)	(911 648)
Fornecimentos e serviços externos	(3 873 536)	(4 296 818)	(8 170 354)
Gastos com pessoal	(6 532 536)	(7 979 637)	(14 512 173)
Transferências e subsídios concedidos	(1 604 650)	(1 999 731)	(3 604 381)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	(50 760)	(50 760)
Provisões (aumentos/reduções)	0	21 337	21 337
Outros rendimentos e ganhos	1 783 005	2 480 021	4 263 026
Outros gastos e perdas	(455 773)	(915 295)	(1 371 068)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	5 739 899	12 309 148	18 049 047
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(2 636 350)	(2 652 465)	(5 288 815)
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	3 103 549	9 656 683	12 760 232
Juros e rendimentos similares obtidos	16 788	32 962	49 750
Juros e gastos similares suportados	(6 049)	(8 734)	(14 783)
Resultado antes de imposto	3 114 288	9 680 910	12 795 198
Resultado líquido do período	3 114 288	9 680 910	12 795 198



3. ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES - FINANCEIRA

3.0 APLICAÇÃO DO SNC - AP - PELA PRIMEIRA VEZ

No exercício de 2020 o Município aplicou pela primeira vez o SNC-AP. De acordo com a FAQ 47 emitida a 28 de Dezembro de 2021 pela Comissão de Normalização Contabilística, o processo de transição pode ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos, desreconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

O Município divulga na nota 0 e na nota 5 ao Anexo, os ajustamentos agregados do processo de transição do POCAL para o SNC-AP, que terminou no presente exercício.

3.1 ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

O Município tem em vigor acordo de concessão com a empresa E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA., designadamente quanto à aplicação do Modelo de Atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário.

No âmbito do contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão em 2022, no montante de 1.425.626€ (serviços prestados).

Em 2022, foi reconhecido na rubrica "43092- Ativos Concessionados - Infraestruturas" o montante líquido 5.907.140 euros, por contrapartida da conta 2822 " Transferências e subsídios de capital obtidos com condições".

Contudo, a informação proporcionada pela Concessionária não apresenta informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, designadamente a data de aquisição, localização, a descrição dos bens, o valor de compra e as vidas úteis. Este assunto, pela sua materialidade originou uma Reserva por limitação das contas do Município, evidenciada no ponto 2 da seção Opinião com Reservas da Certificação Legal das Contas.

Relativamente à empresa Indáqua, os bens afetos a esta concessão já constavam dos Ativos fixos Tangíveis do Município.



Pelo que o Município, para esta situação, utilizou para a respetiva depreciação a vida útil prevista no classificador completar 2 para as infraestruturas.

3.2 ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS E INTANGIVEIS

3.2.1 Nos relatórios de anos anteriores foi recomendado que os saldos da conta 45 fossem decompostos por obra/equipamento e por antiguidade de forma a permitir uma análise mais aprofundada. De acordo com a nota 5 - Investimentos em Curso, em 2022 optou-se por desagregar as contas de Investimentos em Curso, identificando e individualizando dessa forma cada um dos investimentos. Esse trabalho culminou com a constatação de que existiam valores quantificados nessa conta, que ao longo dos anos, por indefinição do tipo de trabalhos, foram sendo contabilizados como investimentos em curso, mas que no final apenas se traduziram em pequenas reparações e reparações, e projetos que não saíram do papel. Assim, as importâncias que não o Município conseguiu individualizar por investimento, foram desreconhecidas como investimentos em curso, e contabilizadas na conta 56.2 - Resultados Transitados - Regularizações.

3.2.2 Ainda não foi concretizado o registo de alguns imóveis na Conservatória do Registo Predial conforme nota 2 do Anexo. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

Recomendamos a análise desta situação, procedendo ao registo na conservatória de registo predial e inscrição matricial dos imóveis sujeitos a registo.

Este assunto, originou uma Enfase às contas do Município, evidenciada no ponto da seção "Enfases" da Certificação Legal das Contas.

3.2.3 Conforme divulgado no ponto 5 do Anexo, encontram-se reconhecidos e mensurados em Ativos Fixos Tangíveis os imóveis resultantes da concretização do quadro de transferência de competência para os órgãos municipais dos equipamentos educativos transferidos para o Município, tudo de acordo com o Decreto-lei 21/2019 de 30/01. Para o efeito e conforme previsto no parágrafo 19 da NCP 5, os imóveis foram mensurados no reconhecimento inicial, pelo respetivo valor patrimonial tributário.

No que se refere aos equipamentos educativos, excluindo-se os equipamentos educativos que integram o património próprio da Parque Escolar, E.P.E., nos termos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, designadamente de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos tecnológicos e desportivos, encontrava-se em curso à data de



encerramento de contas, o processo de inventariação, catalogação e mensuração, perspetivando-se a sua conclusão em 2023 e que o valor global a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, não será materialmente relevante.

3.2.4 Obtivemos informação acerca da aplicação de revisões extraordinárias de preços previstas no Decreto-Lei 36/2022 de 20 de maio, não tendo o Município recebido quaisquer petições ou faturas relativas a revisões extraordinárias de preços.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

3.3.1 O Município regista as participações sociais que detém pelo método do custo:

Entidade	31/12/2022	31/12/2021	Varição
Águas do Douro e Paiva, S.A.	341 605	341 605	0
ERSUC, Resíduos Sólidos do Centro, S.A	262 280	262 280	0
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	8 761	8 761	0
Sociedade Ponto Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A.	500	500	0
Fundiestamo, S.A.	0	100 000	-100 000
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 016 352	1 016 352	0
Total	1 629 498	1 729 498	(100 000)

O Município em 2022 revogou o Protocolo de Adesão celebrado com a empresa Pública - Fundiestamo, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. porque não se mantinham os pressupostos que presidiram à celebração do Protocolo e adesão de Setembro de 2019. Este acordo pressupõe a transmissão do direito de propriedade dos imóveis urbanos 1301 e 1310, que com a esta revogação retomaram à posse do Município com efeitos à data de setembro 2019. Pelo que a participação foi desreconhecida.



3.4 INVENTÁRIOS

3.4.1 Decomposição do saldo:

	31/12/2022	31/12/2021	VARIACÃO	
			VALOR	%
Mercadorias	21 286	26 195	(23 275)	-89%
Produtos Acabados e Intermédios	16 845	131 751	16 845	13%
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	142 887	26 232	116 692	445%
Total	181 017	184 177	(3 160)	-2%

3.4.2 Pelas listagens de inventário que nos foram disponibilizadas verificámos que as mesmas estão conforme os registos contabilísticos com referência a 31/12/2022.

3.4.3 As existências estão registadas ao custo de aquisição e valorizadas à saída pelo custo médio.

3.4.4 Recomendamos a análise a possíveis imparidades.

3.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

3.5.1 Decomposição do saldo:

	31/12/2022	31/12/2021	VARIACÃO	
			VALOR	%
Saldos devedores				
Imp.s/valor acrescentado (IVA)	0	179 826	(179 826)	-100%
Segurança Social	1 834	1 834	0	0%
Total	1 834	181 660	(179 826)	-99%
Saldos credores				
Imp.s/valor acrescentado (IVA)	7 376	0	7 376	n.a
Retenções de imp.s/rendimento	65 938	65 307	631	1%
Restantes Impostos	399	340	60	18%
Contribuições p/ seg. social/CGA	256 919	241 823	15 096	6%
Total	330 632	307 470	23 162	8%

3.5.2 O valor apresentado como devedor da segurança social está relacionado com valor reclamado em anos anteriores, cuja resposta ainda se aguarda.

3.5.3 Os saldos credores foram integralmente liquidados ao Estado, dentro dos prazos legais, subsequentemente à data de reporte das demonstrações financeiras e referem-se maioritariamente a contribuições e retenções



normais incidentes sobre os vencimentos do pessoal e de profissionais liberais que colaboram com o Município.

3.5.4 No âmbito do processo de circularização não obtivemos as respostas da Segurança Social pelo que foi obtido, como procedimento alternativo, a certidão de não dívida à Segurança Social datada de 06-01-2023 e quanto à Autoridade Tributária obtivemos a certidão de não dívida datada de 26-01-2023, que comprovam a inexistência de dívidas a estas entidades.

3.5.5 De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e a correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos e cinco anos para efeitos de Segurança Social.

3.6 OUTROS DEVEDORES

3.6.1 Verificámos que a conta 278919199 – Outros Devedores - Diversos regista a 31/12/2022 o montante de 746.457€ de devedores diversos. Tendo em conta os testes efetuados recomendamos que seja analisada a antiguidade dos valores em aberto no sentido de apurar a sua cobrabilidade.

3.7 DISPONIBILIDADES

3.7.1 As disponibilidades bancárias em 31-12-2022 eram constituídas pelos seguintes saldos:

	31/12/2022	31/12/2021	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Novo Banco	9 336 626	7 827 879	1 508 748	16%
BPI	190 772	99 454	91 318	48%
Santander Totta	7 750 299	5 724 175	2 026 124	26%
BCP	1 782 189	1 361 430	420 759	24%
CGD	5 053 122	6 929 626	(1 876 504)	-37%
CCAM	12 877 623	7 769 903	5 107 720	40%
Valores em caixa	3 517	2 364	1 153	33%
Total.....	36 994 149	29 714 831	7 279 317	20%

3.7.2 Todos os saldos bancários encontram-se devidamente conciliados a 31/12/2022. Sendo que as diferenças apuradas derivam de valores em transito sem antiguidade.



3.7.3 Verificámos que existem contas de depósito à ordem na contabilidade que correspondem a mais do que uma conta no banco. Recomendamos que para cada conta existente nos bancos seja criada uma sub-conta na contabilidade que lhe corresponda.

3.7.4 Procedeu-se à confirmação externa dos saldos materialmente relevantes das entidades bancárias com referência a 31 de Dezembro de 2022. Obtivemos as respostas CCAM, BCP, Santander, CGD e Novo Banco, cuja resposta validámos. Para as restantes entidades bancárias foram efetuados procedimentos alternativos de auditoria que permitiram a confirmação dos seus saldos.

3.8 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

3.8.1 As rubricas de acréscimos e diferimentos do Balanço incluí os seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021	VARIACÃO	
			VALOR	%
Acréscimos				
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 903 138	12 278 463	(375 325)	-3%
Credores por acréscimos de gastos	1 343 430	1 259 858	83 572	7%
Total.....	13 246 568	13 538 320	(291 753)	-2%
Diferimentos				
Gastos a reconhecer	65 254	10 318	54 935	532%
Total	65 254	10 318	54 935	532%
Rendimentos a reconhecer				
Não Corrente	5 907 140	0	5 907 140	n.a
Total.....	0	0	0	n.a

3.8.2 A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos evidencia os valores relativos à especialização das receitas de juros a receber no valor de 2.311€ e de impostos: IMI (6.519.000€), participação de IRS 3.009.247€, Derrama (1.525.000€), Participação do IVA (268.334€), IUC de Dezembro de 2022 (145.615€), IMT de Dezembro de 2022 (278.068€), bem como as receitas das rendas da concessão de exploração da Cooperativa Elétrica de Loureiro (23.410€), e a renda da água e saneamento (110.842€) e outras receitas das entidades IP-Património, IEFP, Administração Regional de Saúde do Norte (21.311€). Testámos as bases de cálculo dos acréscimos referidos e não detetámos situações anómalas.



- 3.8.3 Foram contabilizadas na rubrica de acréscimos de gastos as remunerações com pessoal no valor de 1.343.430€, correspondente aos encargos com férias e subsídio de férias a liquidar em 2023 e referentes a 2022. Testámos a base de cálculo e não detetámos situações anómalas.
- 3.8.4 Na rubrica de diferimentos - gastos a reconhecer, foram contabilizados 65.254€, relativos ao custo com seguros relativos ao período de 2023.
- 3.8.5 Na rubrica de diferimentos - rendimentos a reconhecer - foram contabilizados 5.907.140€, relativos ao acordo de concessão de serviços com a E-Redes, conforme mencionado no ponto 3.1 do presente relatório.
- 3.8.6 Verificámos que não foram efetuados outros acréscimos de gastos. Porém recomendamos que sejam aprofundados os procedimentos de especialização do exercício, pese embora a sua imaterialidade.

3.9 PATRIMONIO LIQUIDO

- 3.9.1 A conta 51 - Património/Capital evidencia um saldo de 109.837.249€, o que corresponde a uma percentagem de 46% do ativo líquido.
- 3.9.2 Os movimentos ocorridos nas rubricas de Património Líquido foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Património/capital	109 837 249			109 837 249
Reservas	3 528 528	474 856		4 003 384
Resultados Transitados	66 935 552	9 022 255	6 648 316	69 309 491
Ajustamentos em ativos financeiros	136 842			136 842
Outras variações no património líquido	27 073 298	5 128 317	1 400 012	30 801 603
Resultado Líquido do Exercício	9 497 111	12 795 198	9 497 111	12 795 198
PATRIMONIO LIQUIDO	217 008 580	27 420 626	17 545 438	226 883 768

- 3.9.3 As principais variações estão relacionadas com:
- o registo de 474.856€ em reservas resultantes da aplicação do resultado líquido do ano de 2021;
 - o registo de 9.022.255€ na rubrica de Resultados Transitados relativos à aplicação de resultados de 2021;



- o registo de 6.648.316€ de correções conforme referido no ponto 3.2.1 (investimentos em curso) do presente relatório;

3.9.4 A rubrica de Outras Variações no Património Líquido (onde constam as transferências e subsídios de capital, os subsídios ao investimento abaixo descritos, qualificados pelos serviços como subsídios sem condições) foram movimentados:

	Saldo Inicial	Atribuição Subsídios 2022	Ajustamentos	Imputação a Rendimentos	Saldo Final
Transferências e subsídios para a aquisição de ativos depreciables	25 687 536	4 933 515	- 4 248	1 395 764	29 221 040
<i>Total.....</i>	<i>25 687 536</i>	<i>4 933 515</i>	<i>- 4 248</i>	<i>1 395 764</i>	<i>29 221 040</i>

Verificou-se que em 2022 foram recebidas verbas de 4.933.515€ relativos a subsídios ao investimento. A imputação a proveitos foi de 1.395.764€ de acordo com as depreciações dos bens financiados. Testámos a imputação a proveitos e não detetámos situações anómalas.

3.10 PROVISÕES

3.10.1 Movimentos efetuados na rubrica de provisões em 2022:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos Judiciais - Outros Riscos e Encargos	1 000 000	563 465	563 465	1 000 000
<i>Total....</i>	<i>1 000 000</i>	<i>563 465</i>	<i>563 465</i>	<i>1 000 000</i>

3.10.2 A entidade tem registada uma provisão genérica para riscos e encargos no montante de 1.000.000 €, com divulgação na nota 15 do Anexo.

A Reserva por limitação na Certificação Legal de Contas, no ponto 1 da seção Bases para a opinião com reservas, relativa às provisões, resulta da insuficiência de informação face a estimativas fiáveis acerca do seu desfecho.



3.11 CONFIRMAÇÃO EXTERNAS DAS ENTIDADES

3.11.1 No âmbito do processo de circularização verificaram-se as seguintes divergências não materialmente relevantes:

	Saldo registado no Município	Saldo reportado pelo terceiro	Diferença
EMBEIRAL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	636	192 193	191 557
CONWAY, LDA.	2 799	8 672	5 873
ASSOCIACAO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E VOUGA	9 105	16 339	7 233
CAIMA TRANSPORTES,S.A.	20 137	31 706	11 569
AMBLÁGUA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUAS, S.A.	0	13 324	13 324
Total.....	32 678	262 234	229 556

Recomenda-se a análise das situações referidas e eventuais regularizações, tendo mais a informação do departamento financeiro de que não encontrava justificação para a referência a tais saldos, tendo solicitado esclarecimentos às entidades.



3.12 ANÁLISE FINANCEIRA

3.12.1 Em termos financeiros, passamos a evidenciar indicadores sobre a situação económica e financeira do Município:

RÁCIO/ÍNDICE	FORMULA	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	1005,08%	753,79%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Activo Corrente} - \text{Inventários})}{\text{Passivo Corrente}}$	1001,49%	750,58%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Caixa e depósitos})}{\text{Passivo Corrente}}$	735,45%	517,03%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$	6,32%	4,46%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Activo}}$	93,68%	95,54%
Grau de Cobertura do Activo Fixo	$\frac{(\text{Património Líquido} + \text{Dividas a Terceiros de Médio e longo Prazo})}{\text{Activo Fixo Líquido}}$	129,47%	126,38%
Peso dos Gastos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	50,80%	47,73%
Dividas a terceiros por habitante	$\frac{\text{Dividas totais a pagar}}{\text{N.º de habitantes}}$	51€ a)	81 €

a) Valor indicativo baseado no nosso cálculo, dado que o reporte à DGAL não estava disponível

Da análise efetuada em termos de liquidez geral e de liquidez reduzida verifica-se que estes rácios aumentaram, passando respetivamente de 754% e 751% em 31/12/2021 para 1005% e 1002% em 31/12/2022. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento do ativo corrente, essencialmente justificado pelo aumento da rubrica de caixa e depósitos.

Em termos de liquidez imediata verifica-se que o grau de cobertura do passivo corrente pela caixa e depósitos é de 735% em 31 de dezembro de 2022.

Quanto ao rácio de endividamento este mantém-se em 6%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Em termos de peso dos gastos com pessoal no total dos custos operacionais este aumenta, fixando-se em 51% do total dos custos operacionais em 31 de dezembro de 2022.

De acordo com a nossa estimativa da dívida total (não estava disponível o reporte à DGAL) por habitante (n.º de habitantes retirados dos Censos de 2021 – 66.212 habitantes) constata-se que o mesmo em 31/12/2022 seria de 51€, reduzindo-se face ao período homólogo.

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Evidenciam-se para o efeito a Demonstração de Desempenho Orçamental, a Execução Orçamental da Receita e da Despesa e o Plano Plurianual de Investimento (PPI).

Com referência a 31 de dezembro de 2022 a execução orçamental do Município pode ser analisada como segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	Valor	%	EXECUÇÃO DE RECEITA	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	27 363 627	79,13%	RECEITA CORRENTE	42 700 014	107,81%
DESPESAS CAPITAL	15 470 428	32,60%	RECEITA CAPITAL	35 341 542	100,08%
TOTAL	42 834 055	52,22%	TOTAL	78 041 556	95,14%

Em termos globais, a execução orçamental do Município de Oliveira de Azeméis com referência a 31 de dezembro de 2022, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (95%) foi superior à execução da despesa total (52%).

Para efeitos do n.º3 do Art.º56 da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro, o Município apresenta uma taxa de execução da receita superior a 85%.

4.1. Controlo orçamental - Receita:

O Município de Oliveira de Azeméis a 31-12-2022 arrecadou mais receita, em cerca de 3.297.084€ (+7%), do que relativamente ao período homólogo, ao qual acresce o valor de 9.154.921€ de variação do saldo de gerência inicial e final. Conforme se pode constatar no quadro seguinte, tal situação deve-se essencialmente ao aumento dos impostos diretos e das transferências correntes:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO			
	31/12/2022	31/12/2021	VARIÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Impostos diretos	14 374 179	12 390 689	1 983 490	16,01%
Taxas, multas e outras penalidades	1 152 158	1 144 317	7 841	0,69%
Rendimentos da propriedade	90 182	58 803	31 379	53,36%
Transferências correntes	22 013 138	20 667 569	1 345 570	6,51%
Venda de bens e serviços correntes	4 651 935	4 250 272	401 663	9,45%
Outras receitas correntes	418 423	315 416	103 006	32,66%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	42 700 014	38 827 065	3 872 949	9,97%
Venda de bens de investimento	50 495	365 083	-314 589	-86,17%
Transferências de capital	6 397 843	6 237 076	160 767	2,58%
Passivos financeiros	502 423	883 658	-381 235	-43,14%
Outras receitas capital	11 992	10 882	1 110	10,20%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	6 962 753	7 496 699	-533 947	-7,12%
Rep. não abatidas nos pagamentos	24 994	66 911	-41 917	-62,65%
Saldo da gerência anterior	28 353 796	19 198 874	9 154 921	47,68%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	28 378 789	19 265 785	9 113 004	47,30%
TOTAL DA RECEITA	78 041 556	65 589 550	12 452 006	18,98%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2022, a receita executada ficou abaixo do orçamentado em cerca de 3.988.124€.

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Impostos diretos	12 711 900	14 374 179	1 662 279	113,08%	18,42%
Impostos indiretos	50	0	-50	0,00%	0,00%
Taxas, multas e outras penalidades	1 141 100	1 152 158	11 058	100,97%	1,48%
Rendimentos da propriedade	54 350	90 182	35 832	165,93%	0,12%
Transferências correntes	21 070 475	22 013 138	942 663	104,47%	28,21%
Venda de bens e serviços correntes	4 129 300	4 651 935	522 635	112,66%	5,96%
Outras receitas correntes	500 150	418 423	-81 727	83,66%	0,54%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	39 607 325	42 700 014	3 092 689	107,81%	54,71%
Venda de bens de investimento	227 325	50 495	-176 831	22,21%	0,06%
Transferências de capital	8 759 735	6 397 843	-2 361 892	73,04%	8,20%
Ativos financeiros	100	0	-100	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	5 071 300	502 423	-4 568 877	9,91%	0,64%
Outras receitas de capital	7 600	11 992	4392	157,79%	0,02%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	14 066 060	6 962 753	-7 103 307	49,50%	8,92%
Rep. não abatidas nos pagamentos	2 500	24 994	22 494	999,75%	0,03%
Saldo da gerência anterior	28 353 796	28 353 796	0	100,00%	36,33%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	28 356 296	28 378 789	22 494	100,08%	36,36%
TOTAL DA RECEITA	82 029 681	78 041 556,11	-3 988 124	95,14%	100,00%



As transferências recebidas do Estado (receita corrente) e os impostos diretos (receita corrente) foram as principais fontes de receita, representando cerca de 28% e 18% do total da receita cobrada líquida, respetivamente.

Podemos também verificar que as receitas provenientes de impostos diretos, de taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade, venda de bens e serviços e outras receitas de capital encontram-se acima do orçamentado.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				PESO %
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC. ANUAL	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	6 980 000	6 376 579	-603 421	91,36%	44,36%
Imposto Único de Circulação (IUC)	1 986 750	2 159 701	172 951	108,71%	15,02%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	2 245 000	2 817 703	572 703	125,51%	19,60%
Derrama	1 500 000	3 020 195	1 520 195	201,35%	21,01%
Impostos Abolidos	150	0	-150	0,00%	0,00%
Total	12 711 900	14 374 179	1 662 279	113,08%	100,00%

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 113%, com a receita de derrama a atingir os 201%. Destaca-se que em 31/12/2022 a execução orçamental de IMI foi de cerca de 6.376.579€ representando em 2022 cerca de 44% do total de impostos diretos.



Taxas, multas e outras penalidades

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC. ANUAL	PESO %
TAXAS					
Mercados e Feiras	650	612	-39	94,08%	0,05%
Loteamento e Obras	548 150	400 894	-147 256	73,14%	34,80%
Ocupação da via pública	50	0	-50	0,00%	0,00%
Animais	50	69	19	137,14%	0,01%
Caça, uso e porte de arma	50	0	-50	0,00%	0,00%
Saneamento	50	0	-50	0,00%	0,00%
Taxa Municipal Direitos Passagem (TMDP)	23 300	23 880	580	102,49%	2,07%
Taxa sobre o Ruído	50	0	-50	0,00%	0,00%
Licença sobre o Ruído	1 000	1 802	802	180,20%	0,16%
Outras	487 700	577 731	90 031	118,46%	50,14%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
Juros de Mora	17 500	29 235	11 735	167,06%	2,54%
Juros Compensatórios	50	0	-50	0,00%	0,00%
Coimas e penalidades por contraordenações	12 500	11 029	-1 471	88,23%	0,96%
Multas e penalidades diversa	50 000	106 907	56 907	213,81%	9,28%
Total	1 141 100	1 152 158,29	11 058	100,97%	100,00%

A execução destas receitas em 31/12/2022 foi de 101%, sendo que a rubrica que apresentou um peso foi a rubrica de Outras taxas.

Rendimentos de propriedade

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC. ANUAL	PESO %
Juros - Sociedades Financeiras	10 000	13 152	3 152	131,52%	14,58%
Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	43 750	37 001	-6 749	84,57%	41,03%
Rendas	600	40 028	39 428	6671,41%	44,39%
Total	54 350	90 181	35 831	165,93%	100,00%

Esta rubrica evidência uma execução acima do orçamentado devido sobretudo à rubrica de rendas.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 000	25 500	24 500	2550,00%	0,12%
Administração central	21 069 375	21 987 638	918 263	104,36%	99,88%
Administração local	50	0	-50	0,00%	0,00%
Resto do mundo	50	0	-50	0,00%	0,00%
Total	21 070 475	22 013 138	942 663	104,47%	100,00%

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução foi de 104%.

Dentro das receitas da Administração Central, destaca-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 31 de dezembro de 2022 representava uma receita de 11.695.383€.

Venda de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Vendas de bens	5 550	17 177	11 627	309,49%	0,37%
Serviços	2 454 450	2 925 155	470 705	119,18%	62,88%
Rendas	1 669 300	1 709 603	40 303	102,41%	36,75%
Total	4 129 300	4 651 935	522 635	112,66%	100,00%

Esta rubrica evidencia uma execução acima do orçamentado. O grau de execução global destas receitas foi de cerca de 113%.

Venda de Bens de Investimento

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Terrenos	219 675	50 495	-169 181	22,99%	0,00%
Habitacões	100	0	-100	0,00%	0,00%
Edifícios	100	0	-100	0,00%	0,00%
Outros bens de investimento	7 450	0	-7 450	0,00%	0,00%
Total	227 325	50 495	-176 831	22,21%	0,00%

O grau de execução global destas receitas situou-se em de 22%, sendo que não houve execução nas rubricas de habitacões, edifícios e outros bens de investimento.



Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 000	0	-1 000	0,00%	0,00%
Administração central	8 758 635	6 397 843	-2 360 792	73,05%	100,00%
Administração local	50	0	-50	0,00%	0,00%
Resto do mundo	50	0	-50	0,00%	0,00%
Total	8 759 735	6 397 843	-2 361 892	73,04%	100,00%

Relativamente às transferências de capital as diferenças de execução orçamental estão fortemente associadas ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades financiadoras relacionados com os investimentos em curso.

Passivos Financeiros

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Empréstimos a médio longo prazo	5 071 300	502 423	-4 568 877	9,91%	100,00%
Total	5 071 300	502 423	-4 568 877	9,91%	100,00%

Esta rubrica evidencia uma execução abaixo do orçamentado (10%).

4.2. Controlo orçamental - Despesa:

O Município de Oliveira de Azeméis, em 31-12-2022 executou mais despesa em cerca de 5.598.300€ (15%) do que relativamente ao período homólogo sobretudo devido ao aumento da rubrica de aquisição de bens de capital e aquisição de bens e serviços, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO			
	31/12/2022	31/12/2021	VARIÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Despesas com o pessoal	14 520 937	13 951 134	569 803	4,08%
Aquisição de bens e serviços	8 628 504	7 738 964	889 540	11,49%
Juros e outros encargos	14 646	15 928	-1 282	-8,05%
Transferências correntes	3 112 480	2 805 947	306 533	10,92%
Outras despesas correntes	1 087 060	928 053	159 007	17,13%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	27 363 627	25 440 026	1 923 601	7,56%
Aquisição de bens de capital	14 000 358	10 682 197	3 318 160	31,06%
Transferências de capital	756 344	600 792	155 551	25,89%
Ativos financeiros	0	56 464	-56 464	-100,00%
Passivos financeiros	713 727	456 276	257 451	56,42%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	15 470 428	11 795 729	3 674 699	31,15%
TOTAL DA DESPESA	42 834 055	37 235 755	5 598 300	15,03%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2022, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em 39.195.626€.

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Despesas com o pessoal	15 597 052	14 520 937	-1 076 115	93,10%	33,90%
Aquisição de bens e serviços	13 405 317	8 628 504	-4 776 813	64,37%	20,14%
Juros e outros encargos	39 343	14 646	-24 697	37,23%	0,03%
Transferências correntes	4 200 850	3 112 480	-1 088 370	74,09%	7,27%
Subsídios	500	0	-500	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	1 337 593	1 087 060	-250 534	81,27%	2,54%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	34 580 655	27 363 627	-7 217 028	79,13%	63,88%
Aquisição de bens de capital	44 301 435	14 000 358	-30 301 077	31,60%	32,69%
Transferências de capital	2 308 900	756 344	-1 552 556	32,76%	1,77%
Ativos financeiros	101 850	0	-101 850	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	731 341	713 727	-17 614	97,59%	1,67%
Outras despesas de capital	5 500	0	-5 500	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	47 449 026	15 470 428	-31 978 597	32,60%	36,12%
TOTAL DA DESPESA	82 029 681	42 834 055	-39 195 626	52,22%	100,00%



As despesas mais expressivas foram as Despesas com o pessoal, Aquisições de bens e serviços e as Aquisições de bens de capital que representaram em 2022 cerca de 34%, 20% e 33% das despesas totais, respetivamente.

Verificámos igualmente que todas as rubricas apresentam valores executados inferiores aos previstos.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC. ANUAL	PESO %
Remunerações certas e permanentes	11 853 247	11 220 195	-633 052	94,66%	77,27%
Abonos variáveis ou eventuais	192 725	151 780	-40 945	78,75%	1,05%
Segurança social	3 551 080	3 148 962	-402 118	88,68%	21,69%
Total	15 597 052	14 520 937	-1 076 115	93,10%	100,00%

O grau de execução foi de 93%.

Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC. ANUAL	PESO %
Aquisição de bens	3 227 451	1 930 762	-1 296 688	59,82%	22,38%
Aquisição de serviços	10 177 866	6 697 741	-3 480 124	65,81%	77,62%
Total	13 405 317	8 628 504	-4 776 813	64,37%	100,00%

A execução encontra-se abaixo do previsto no orçamento. A rubrica com maior variação é a de aquisição de serviços.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Sociedades e quase sociedades não financeiras	13 500	3 500	-10 000	25,93%	0,11%
Administração central	26 100	100	-26 000	0,38%	0,00%
Administração local	1 739 350	1 266 748	-472 602	72,83%	40,70%
Instituições sem fins lucrativos	1 844 750	1 318 778	-525 972	71,49%	42,37%
Famílias	576 850	523 354	-53 496	90,73%	16,81%
Resto do mundo	300	0	-300	0,00%	0,00%
Total	4 200 850	3 112 480	-1 088 370	74,09%	100,00%

A execução desta rubrica da despesa encontra-se abaixo do orçamentado, estando executada em 74% face ao previsto, derivado da baixa execução das rubricas de transferências para Famílias, Freguesias e Instituições sem fins lucrativos.

Aquisição de Bens de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Investimentos	15 753 779	8 519 106	-7 234 673	54,08%	60,85%
Bens de domínio público	28 547 656	5 481 252	-23 066 404	19,20%	39,15%
Total	44 301 435	14 000 358	-30 301 077	31,60%	100,00%

A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, sobretudo devido à baixa execução em investimentos.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	62 350	48 464	-13 887	77,73%	6,41%
Administração central	50	0	-50	0,00%	0,00%
Administração local	1 552 650	262 136	-1 290 514	16,88%	34,66%
Instituições sem fins lucrativos	693 650	445 744	-247 906	64,26%	58,93%
Famílias	50	0	-50	0,00%	0,00%
Resto do mundo	150	0	-150	0,00%	0,00%
Total	2 308 900	756 344	-1 552 556	32,76%	100,00%

A execução global destas despesas apresenta uma taxa de execução de 33% devido sobretudo à baixa execução das transferências para as instituições sem fins lucrativos e administração local.



Passivos Financeiros

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2022				
	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.	PESO %
				ANUAL	
Empréstimos a médio longo prazo	731 341	713 727	-17 614	97,59%	100,00%
Total	731 341	713 727	-17 614	97,59%	100,00%

Nesta rubrica não houve desvios significativos.

4.3. Equilíbrio Orçamental de 2022:

	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES LIQUIDA	42 700 013,89
DESPEAS CORRENTES	27 363 626,61
SALDO CORRENTE	15 336 387,28
RECEITAS CAPITAL	6 962 752,84
DESPEAS CAPITAL	15 470 428,38
SALDO CAPITAL	-8 507 675,54
OUTRAS RECEITAS:	
Rep. não abatidas nos pag.	24 993,79
Operações extra-orçamentais	
SALDO TOTAL DE EXECUÇÃO	6 853 705,53
SALDO INICIAL	28 353 795,59
SALDO FINAL	35 207 501,12
Op. Orçamentais	35 207 501,12
Op. Não Orçamentais	1 786 647,79
CAIXA E DEPÓSITOS	36 994 148,91

No que concerne à execução orçamental do exercício de 2022, verificámos que o Município obteve um saldo positivo na componente corrente de 15.336.387€, que foi suficiente para cobrir o saldo da componente de capital (-8.507.676€), gerando assim um saldo de execução do ano de 6.853.706€, que adicionado aos meios financeiros transitados da gerência anterior, originou um saldo positivo de 35.207.501€ para a gerência de 2023.

Para efeitos da regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, o montante global das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi de 442.629€. Assim, encontra-se verificado o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental na fase da execução



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n° 176

(42.912.604€ - 27.363.627€ - 442.629€ = 15.106.348€), regra esta obtida da seguinte forma: [receita corrente bruta cobrada - despesa corrente - amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo].

Contudo, informamos que no exercício de 2022 foi suspensa a aplicação da regra de equilíbrio orçamental, prevista no número 2 do artigo 40º da Lei 73/2013 de 7 de setembro, conforme numero 3 do artigo 103º da Lei do Orçamento de Estado de 2022.

O saldo de gerência de 2021, foi aprovado pelo órgão executivo a 27/01/2022 com a apresentação do mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2021, e foi incorporado na totalidade na rubrica do saldo orçamental - "160101 - na posse do serviço".

Na fase da elaboração do orçamento, e após as alterações orçamentais verificadas no ano, a referida regra de equilíbrio orçamental foi cumprida no orçamento inicial, final e em todas as alterações orçamentais.

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 - 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 - Ed. Mond - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº16
3500 - 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



4.4. Rácios orçamentais

Apresentamos no quadro seguinte os rácios orçamentais analisados bem como a respetiva leitura:

	31/12/2022	31/12/2021	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	182,20%	176,15%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	54,71%	59,20%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE	156,05%	152,62%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRETOS / RECEITAS CORRENTES	33,66%	31,91%	Mede o peso dos impostos directos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	8,92%	11,43%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITA CAPITAL / DESPESA CAPITAL	45,01%	63,55%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	7,22%	11,79%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	0,64%	1,35%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPESAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	63,88%	68,32%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPESAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	36,12%	31,68%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPESAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	34,01%	35,93%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPESAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	33,90%	37,47%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS / DESPESA TOTAL	32,69%	28,84%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

As receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo que em 31/12/2022 o rácio obtido é de 182% (176% em 31/12/2021). Do total das receitas, cerca de 55% são de natureza corrente e esta é suficiente para cobrir a despesa corrente (156%).



5.1. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) ou o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos tem o seguinte enquadramento:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

Ainda não está disponível o reporte final da dívida total à DGAL. Ainda assim apresentamos cálculo indicativo da dívida total a 31/12/2022 comparativamente a 31/12/2021.

ENDIVIDAMENTO

Cálculo da dívida total (I)

		31/12/2022	31/12/2021
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(a)	38 017 221,62	37 015 721,71
LÍMITE DE ENDIVIDAMENTO	(b) = (a) x 1,5	57 025 832,43	55 523 582,56
DÍVIDA TOTAL	(c)	3 386 878,90	5 345 920,39
MARGEM	(b) - (c)	53 638 953,53	50 177 662,17
DÍVIDA TOTAL A TERCEIROS			
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(c) / (a)	0,09	0,14

Cálculo da dívida total sem empréstimos (II)

EMPRÉSTIMOS NÃO EXCECIONADOS	(d)	115 418,62	1 196 285,92
EMPRÉSTIMOS EXCECIONADOS	(f)	1 890 933,91	1 197 941,91
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRÉSTIMOS	(e) = (c) - (d)	3 271 460,28	4 149 634,47
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRÉSTIMOS			
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(e) / (a)	0,09	0,11



A 31-12-2022, a referida dívida total do Município de Oliveira de Azeméis representará indicativamente 0,09 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, e 0,09 da dívida total excluindo empréstimos, tendo a mesma reduzido no exercício de 2022 no valor de 1.973.863€ face a 31/12/2021, sendo que os limites de dívida são de 1,5 e 0,75 a média daquela receita.

Esta situação encontra-se referida na Certificação Legal das Contas.

Naquela dívida total a 31-12-2022 estavam incluídos cerca de 14.821€ das entidades a que se refere o artigo 54.º RFALEI.

O conceito de Dívida Total previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, não corresponde ao conceito de Passivo e de Dívida Exigível.

A massa patrimonial do Passivo, inclui componentes que não são dívida exigível, designadamente a rubrica de Provisões, que integra grau de prudência nas contas através de estimativa de contingências, e também as rubricas associadas a Operações de Tesouraria, como sejam o IRS e cotizações para a SS retidas e Diferimentos e Credores por acréscimos de gastos.

Por outro lado, o conceito de Dívida Total do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, que corresponde a Dívida Exigível, ainda assim não inclui os empréstimos excecionados para aquele fim.

Pelo que e em resumo, estas realidades patrimoniais do Município, apresentam os seguintes valores a 31/12/2022:

(1)	Total do Passivo:	15 300 209,51 €
(2)	Provisões (-):	1 000 000,00 €
(3)	Diferimentos (conta 28.2) (-):	5 907 140,39 €
(4)	Credores por acréscimos de gastos (conta 27.2.2) (-):	1 343 430,00 €
(5)	Operações de Tesouraria (-)	1 786 647,79 €
(6)	Dívida Exigível (1-2-3-4-5):	5 262 991,33 €
(7)	Empréstimos Excecionados:	1 890 933,91 €
(8)	Dívida de Entidades do art.º 54 da Lei 73/2013 (Só disponível a 31/12/2022)	14 821 €
(9)	Dívida Total (art.º 52) (6-7+8):	3 386 878,90 €



De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, o valor da dívida total do Município poderá ser aumentado no exercício seguinte pelo montante correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, sem prejuízo da norma de exceção prevista no artigo 80º do Orçamento de Estado de 2023.

5.2. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município não está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 85º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho (Orçamento do Estado para 2022). No entanto tem efetuado o respetivo cálculo mensal e apresenta fundos positivos de 23.901.688€. O reporte à DGAL não tem sido efetuado devido a problemas técnicos das plataformas SIIAL e SISAL, prevendo-se que a curto prazo a situação seja normalizada.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2021 face a Setembro 2020, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 85º do OE2022, para o exercício de 2022, pelo que também por este facto não tem que reportar os fundos disponíveis.

5.3. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Com a transição do regime contabilístico POCAL para o SNC-AP, ocorreu também a transição do sistema de reporte da informação orçamental, económica e financeira para a DGAL, anteriormente de acordo com o SIIAL, e agora como SISAL, de acordo com a portaria 128/2017 de 05 de Abril.

Esta transição de reporte da informação tem evidenciado dificuldades técnicas de transferência de informação, que não permitiu obter a 31-12-2022 designadamente a informação sobre:

- Pagamentos em atraso;
- Prazo médio de pagamentos.



Contudo a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado, o prazo médio de pagamentos era de 19 dias.

	03_2022	06_2022	09_2022	12_2022
Prazo Médio de Pagamentos	34	15	40	9
Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	19			

A 31-12-2022 o Município não apresentava Pagamentos em atraso.

5.4. PUBLICIDADE

De acordo com o n.º 2 do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o Município deve disponibilizar no seu respetivo sítio na Internet um conjunto de documentos, alguns dos quais relativos aos últimos dois anos. Verificámos que o Município cumpre com a referida obrigação legal.

5.5. NORMA DE CONTROLO INTERNO

Recomendamos que seja efetuada uma revisão da norma de controlo interno e que sejam introduzidos os necessários ajustamentos tendo em conta a legislação relevante entretanto publicada e a entrada em vigor SNC-AP.

5.6 CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 - Contabilidade de Gestão estabelece as orientações acerca da implementação da contabilidade de custos e de gestão nas Autarquias Locais, exigindo a divulgação de informação específica no Relatório de Gestão.

Contínua em curso a implementação de melhorias no processo da Contabilidade de Custeio, sendo previsível, de acordo com as informações obtidas, que no ano de 2023 tal processo possa ser completado.